

## DURKHEIM, HALBWACHS: SOCIOLOGIA E FILOSOFIA\*

## DURKHEIM, HALBWACHS: SOCIOLOGY AND PHILOSOPHY

Louis Pinto\*\*

## Introdução

Em que medida a divisão disciplinar remete às diferentes ciências do homem a uma visão parcial, local? Pode a sociologia superar essa limitação ou ela deve compor com outras disciplinas e, notadamente, com a psicologia? Não haveria outra alternativa senão o imperialismo do ecletismo?

Várias estratégias são possíveis, e a maior parte foi explorada. Elas dependem, por um lado, do capital teórico detido e por outro da conjuntura teórica em um determinado momento. A primeira consiste no retorno aos filósofos para elaborar uma metodologia geral permitindo, ao mesmo tempo, articular e fundar os saberes (para lembrar,

mencionemos apenas a tentativa de Sartre em *Critique de la raison dialectique*). A segunda remete-se, ao menos provisoriamente, à disciplina que detém a função piloto para o conjunto (podemos pensar no uso que Lévi-Strauss fazia da linguística estrutural). Outras estratégias serão ensejadas.

Examinar as soluções propostas pelos durkheimianos pode ser um bom meio de elucidar esses problemas fronteiriços. Após ter evocado os preceitos das fronteiras para Durkheim e suas disciplinas, e descrever as transformações das relações entre a sociologia e a psicologia, dos anos de 1900 aos anos de 1930, tentaremos, a respeito dos trabalhos sobre o suicídio, compreender o antipsicologismo durkheimiano, as razões

\* Tradução de Juarez Lopes Carvalho Filho. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, MA, Brasil. E-mail: juarez.lobes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3508-4959>.

\*\*Sociólogo do Centre Européen de sociologie et de science politique/CNRS. Email.: louis.pinto@cnrs.fr. ORCID: <https://orcid.org/0000.0002-5308-3482>.



pelas quais ele se tornou mais ou menos suspeito, mesmo para seus continuadores, e as razões que se pode ter e, apesar de tudo, querer conservar.

### 1. Uma ordem *sui generis*

Com o repertório do coletivo, Durkheim se confrontou com pelo menos dois problemas distintos, formulados em conjunturas diferentes. No primeiro problema, havia o caso da especificidade da sociologia: para acabar com as objeções, as dúvidas e as críticas dos filósofos e dos psicólogos, ou seja, de todos aqueles que tinham o interesse direto na redefinição das fronteiras disciplinares, Durkheim, fundador da sociologia, e frágil titular de um ensino desta ciência (e de pedagogia), tentou colocar em primeiro plano a consciência coletiva como dotada de um caráter *sui generis*. Essa linha antirreducionista poderia lhe conceder as simpatias de certos psicólogos confrontados ao mesmo tipo de preocupação. O segundo problema era provar, por meio de atos, a pertinência de uma *démarche* autônoma capaz, para além das premissas epistemológicas, tratar a realidade coletiva como puro fato empírico revelando as regularidades suscetíveis de serem descritas, mensuradas, comparadas e explicadas. Para tanto, Durkheim deveria inventar um domínio original de fenômenos morais, a divisão do trabalho social, o suicídio, a família etc., aptos a reunir universos tão quanto distantes como os da moral teórica dos filósofos e das questões sociais que interessam aos ideólogos, reformadores sociais, filantrópicos, pensadores e outros especialistas das patologias da modernidade.

Ele precisava da consciência coletiva para permitir à sociologia uma ruptura inaugural com as outras ciências, a começar pela

psicologia. Ainda que tomemos todos os indivíduos possíveis, diz ele, não poderíamos concordar com a maioria de suas ideias. É preciso, então, postular algo como consciência coletiva.

A célula viva nada contém senão partículas minerais, assim como a sociedade nada mais contém além dos indivíduos [...] A vida não poderia se decompor dessa forma; ela é uma e, por consequência, só pode ter por sede a substância viva em sua totalidade. Ela está no todo, não nas partes. Não são as partículas não vivas da célula que se alimentam, se reproduzem, em suma, que vivem; é a própria célula, e somente ela... Apliquemos esse princípio à sociologia. Se, como nos concedem, essa síntese *sui generis* que constitui toda sociedade produz fenômenos novos, diferentes dos que se passam nas consciências solitárias, cumpre admitir que esses fatos específicos residem na sociedade mesma que os produz, e não em suas partes, isto é, em seus membros (DURKHEIM, 1968, p. XVI-XVII).

Incontestavelmente, Durkheim (1968, p 103) recorreu a certas expressões equivocadas, para dizer o mínimo, tomadas do organicismo: “o grupo pensa, sente, age de maneira bem diferente do que fariam seus membros se estivessem isolados. Assim, se partirmos desses últimos, nada podemos compreender do que se passa no grupo”. Consciente das críticas que elas poderiam suscitar, e por não ter que sacrificar o essencial (a possibilidade da sociologia) ao acessório (o realismo extremista), o próprio Durkheim (p. 103) propõe as retificações e as precauções. Em nota do texto anterior, ele precisa:

Eis em que sentido e por que razões se pode e se deve falar de uma consciência coletiva distinta das consciências individuais. Pa-

ra justificar essa distinção, não é necessário hipostasiar a primeira; ela é algo de especial e deve ser designada por um termo especial, simplesmente porque os estados que a constituem diferem especificamente daqueles que constituem as consciências particulares.

Na sua atividade empírica, o sociólogo não busca a consciência, mas, de preferência, estados; estes são objetos do conhecimento: ele pode classificar, mensurá-los, compará-los, enfim, objetivá-los. Antes de se lançar a uma disciplina diferente, é necessário estar seguro de que se esgotou os recursos da sociologia, a qual não tem olhar hegemônico: “é impossível explicar todo o individual pelo social, mas não conseguiremos a explicar melhor o social pelo individual: o social, enquanto tal, não pode se explicar senão pelo social” (DURKHEIM, [1906], p. 57)<sup>1</sup>.

Durkheim ([1908], p. 61), foi tentado por uma perspectiva “hiperespiritualista”, consistindo em afirmar que “toda a sociologia é uma psicologia, mas uma psicologia *sui generis*”<sup>2</sup> ou, ainda, que ela é “uma psicologia especial tendo um objeto próprio e um método distinto” ([1901], p. 53). Mas, nessa psicologia, ele introduz a história: “Como as propriedades gerais de nossa mentalidade, tais como o psicólogo a estuda, são, em hipótese, comuns a todos os homens de todos os tempos e de todos os países, elas são, também, muito abstratas e indeterminadas para poder dar conta de alguma forma social em particular” ([1901], p. 185). Enfim, os “fatores psicológicos são muito gerais para poder dar conta daquilo que é específico na

vida social” ([1908], p. 60). A perspectiva hiperespiritualista foi corrigida por um esforço para se distanciar dos fatos de representação individuais ou coletivos: no seu trabalho, o sociólogo foi levado a dar conta das “divisões da sociologia” distinguindo o domínio das representações e os domínios, que deveriam constituir seu substrato, a morfologia e a fisiologia social ([1900], p. 13).

## 2. O consenso durkheimiano sobre as fronteiras

Dando continuidade a Durkheim, autores como Marcel Mauss ou Maurice Halbwachs retomaram a perspectiva adotada pelo mestre, enquanto outros discípulos, como Célestin Bouglé ou Paul Lapie, adotaram, desde o início, à maneira da maioria dos filósofos, uma atitude mais flexível, colocando em primeiro lugar a dimensão fundamentalmente psicológica da sociologia<sup>3</sup>. Podemos construir uma hipótese segundo a qual o grau de intransigência tinha a ver com o capital científico possuído, sendo os menos dotados, sem dúvida, os mais inclinados à boa vizinhança e ao compromisso interdisciplinar.

Assim, para Lapie (1894, p. 314-315), “os fatos sociais são uma variedade dos fatos psicológicos”. Ele critica Durkheim por este ter “negligenciado” o papel da “consciência individual”:

Se eles não são interpretados por cada consciência, os textos das leis, os atos habituais, os preceitos morais tornam-se letra morta. Não podemos, como quer o Sr. Durkheim,

1. Alguns títulos na coletânea *Texte* (1975) foram sugeridos pelo editor Victor Karady.

2. Sobre esse texto, cf. Pinto (2009), p. 46-48.

3. Cf., entre outros, as cartas de Lapie à Bouglé publicadas na *Revue Française de sociologie*, janvier-mars, 1979, XX-1, p. 33 ss.

“dissociar” os fatos individuais e os fatos sociais.

Não vamos de um fato a outro diretamente, como acreditava Durkheim, mas passando por ideias individuais: “a sociologia do Sr. Durkheim não explica a mudança, pois as causas da mudança são psicológicas” (LAPIE, 1894, p. 325).

No outro polo, as coisas são claras: psicologia e sociologia pertencem a dois “reinos” distintos, conforme os argumentos de Durkheim. Nenhuma outra disciplina deveria se intercalar entre elas, não importa os desejos formulados por certos psicólogos. Se dirigindo aos psicólogos, Mauss (1968, p. 284) declara:

Sabemos que há dois reinos especiais: o reino da consciência, de um lado, e o reino da consciência coletiva e da coletividade de outro. Sabemos que esses dois reinos estão no mundo e na vida, estão na natureza. E isso já é alguma coisa. Afinal isso nos permite trabalhar há um quarto de século, cada qual em seu canto, uns com a história natural do homem vivendo em sociedade, os outros com a teoria dos fenômenos de consciência individual.

As fronteiras entre esses reinos remetem à separação natureza-sociedade:

Enquanto a psicologia não se limita, não mais que a fisiologia, ao estudo do homem; enquanto, por exemplo, nossos colegas Rabaud e Piéron escolhem os objetos de suas experiências em toda escala animal, nós, sociólogos, constatamos e registramos apenas fatos humanos (MAUSS, 1968, p. 285).

A perspectiva de Halbwachs se inscreve no mesmo domínio. Existem duas ciências operando para a compreensão dos fatos psíquicos, e Halbwachs se recusa admitir uma terceira disciplina, intermediária entre elas, e que teria por vocação, como esperava Charles Blondel [1928], se ocupar do indivíduo sob o nome de psicologia diferencial<sup>5</sup>. A sociologia tem por objeto aquilo que se remete ao grupo social, e a psicologia o que se remete à espécie. É, portanto, o psiquismo que se encontra dividido ou decomposto em duas dimensões. Enquanto a psicologia trabalha sobre as invariantes antropológicas, a sociologia é o estudo das variações e, desse modo, ela não pode se impedir de buscar no repertório psicológico (representações, memória, paixão, crenças...) que pode servir, até a um certo ponto de léxico comum.

A psicologia será então ou coletiva ou individual e tudo que está no espírito será explicado em termos de grupo ou de espécie. Em justaposição essas duas disciplinas esclarecendo uma e outra, poderíamos em certa medida explicar a vida mental na sua totalidade. Pois o espírito deve tudo aquilo que ele contém seja ao organismo seja ao grupo. Uma vez essas duas dívidas pagas, podemos dizer que ele não deve nada a ninguém (HALBWACHS, [1939], p. 155-156).

Existe intersecção entre as duas disciplinas, uma vez que os fenômenos psíquicos não estão confinados somente na psicologia e que não existem fatos coletivos sem os indivíduos que são portadores. De um lado, a sociologia não saberia se deixar absorver nos fatos psíquicos, mesmo sendo coletivos.

4. Sobre a psicologia coletiva como uma disputa entre disciplinas, cf. Vermes; Sellier; Ohayon (1993); Mucchielli (2004).

Na sociedade existe outra coisa além das representações coletivas tão importantes e tão dominantes quanto elas; assim como na França, existe outra coisa que a ideia de pátria: existe o seu solo, seu capital, sua adaptação; há sobretudo os Franceses, sua reparição, e sua história. Por trás do espírito de grupo, em suma, existe o grupo que merece estudo [...] Desse triplo ponto de vista: morfológico, estatístico, histórico, nossa ciência nada tem a vos pedir. Ela apenas vos pede um apoio para esta importante parte de seu trabalho que tem por objeto as representações coletivas: ou seja, as ideias, as motivações que elas constituem, bem como as práticas ou comportamentos sociais a que correspondem. Chamemos essa parte de psicologia coletiva, se quiserdes - melhor seria dizer, simplesmente, sociologia (MAUSS, [1924], p. 287-288).

Mas, de outro lado, a sociologia não pode recusar o fisicalismo.

Admitamos que as instituições sejam antes de tudo formas estáveis e estabilizadas dos modos de vida. No entanto, se remontamos à origem dessas estruturas nós encontramos estados mentais das representações, das ideias e das tendências que, se estabilizando, se cristalizam de alguma forma [...] Nem as técnicas, nem os fatos morfológicos da população podem ser estudados e explicados sem buscar nesses mesmos fatos e por trás deles, os fatos psicológicos que são fenômenos da psicologia coletiva. Esses últimos invadem, por conseguinte, todo o campo da sociologia (HALBWACHS, [1939], p. 161).

A sociologia não se reduz nem a uma física social nem a uma psicologia. Ela é estruturalmente dedicada à duplicidade, mesmo porque a tensão entre os dois polos, ob-

jetivismo e subjetivismo, é impossível de ignorar e *a fortiori* a eliminar. Essa tensão se torna, então, uma tarefa: como pensar em conjunto esses dois polos? Essa questão contém duas: como compreender a estruturação social e histórica dos pensamentos e ações? Como considerar a contribuição dos agentes às estruturas objetivas se quisermos evitar de pensar as mesmas como coisas, como forças, como normas superiores, ou seja, como espécies de identidades transcendentais levando uma vida autônoma?

### 3. A diplomacia entre as disciplinas

O acordo entre o fundador e os membros da escola durkheimiana é bastante amplo, e jamais eles colocaram em questão a distinção das disciplinas. Mauss e Halbwachs se ocuparam em mostrar a força explicativa dos fatores sociais sobre os objetos tradicionais das outras disciplinas, notadamente da psicologia (a memória, a pessoa...). Contudo, nuances aparecem contendo, em parte, a posição ocupada no campo científico e universitário. Durkheim, tendo que conquistar para sua disciplina a autonomia científica e institucional, estava, sem dúvida, mais habilitado a insistir na especificidade do fato social e, para tanto, a demonstrar o quanto a sociologia era capaz de dar conta dos fatos aparentemente próprios a outras disciplinas. Ele podia se beneficiar da simpatia de alguns filósofos e psicólogos, como Théodule Ribot, por exemplo.

Ora, entre as duas-guerras, a escola durkheimiana tem uma posição ambígua: intelectualmente reconhecida, ela é, ao mesmo tempo, frágil e marginal nas suas bases institucionais. Nesse período, em que muitos dos jovens filósofos são cada vez mais tentados por novas orientações abertamente antiobjetivistas, pode-se contar, me-

nos que outrora, com uma aliança com os filósofos. Na Sorbonne, a sociologia é representada por profissionais docentes, menos criativos e mais conformes aos modelos universitários (Célestin Bouglé, Paul Fournet). Diante dessa decomposição da escola durkheimiana, os sociólogos que ainda a reivindicavam, não poderiam deixar de levar em conta o estado das relações de força favoráveis aos filósofos e aos psicólogos – estes, geralmente oriundos da filosofia. Desse modo, a Marcel Mauss foi designado o duplo papel: ao mesmo tempo, de herdeiro de Durkheim e de diplomata: “Após a morte de Durkheim, eu tive que assumir o seu lugar. Eu defendia a sociologia mais ou menos por toda parte e às vezes, transgredindo a seu favor” (MAUSS, 1979, p. 219).

Mesmo desprovida de um paradigma equivalente ao da sociologia durkheimiana, a psicologia universitária, beneficiária do reforço da psicanálise, pôde reivindicar, durante alguns anos, o estatuto de disciplina empírica de referência aos olhos de jovens filósofos (os fenomenólogos se voltaram sobretudo para a psicologia; Sartre se ocupa da imaginação, Merleau-Ponty do comportamento e da percepção, antes de obter uma cadeira de psicologia na Sorbonne...). Os psicólogos dispõem de posições importantes na Sorbonne, no Institut de Psychologie, criado em 1920 por Henri Piéron, onde Étienne Rabaud, Georges Dumas, Pierre Janet et Henri Delacroix, ensinaram, na Société Française de Psychologie, presidida sucessivamente pelo médico e biólogo Philippe Chaslin, o linguista Antoine Meillet, o sociólogo Marcel Mauss, cujo secretariado será assumido por Ignace Meyer-

son, em 1920, e, enfim, no *Journal de psychologie normale et pathologique*, fundado por Pierre Janet et Georges Dumas em 1904, e do qual Meyerson foi secretário de redação também, a partir de 1920. Eles se reunem, por ocasião da publicação do *Traité de Psychologie*, organizado por Georges Dumas (1924; 1930-1943). Os principais representantes da psicologia universitária (Dumas e Janet) são referências da psicologia patológica<sup>5</sup>. A atenção destes em relação à *démarche* sociológica é então redobrada: frente aos filósofos, eles dividem com sociólogos a ambição de uma perspectiva, ao mesmo tempo positiva e concreta do ser humano, percebido globalmente como indivíduo socializado. Graças a essa aliança, eles podem se distanciar da alternativa da psicologia espiritualista e da psicologia experimental.

Os dois discípulos de Durkheim expressaram um grande interesse pela psicologia; eles dialogaram com os psicólogos (debates e artigos publicados no *Journal de psychologie normale et pathologique*), e se apoiaram nas pesquisas de psicologia coletiva. Dois exemplos dão testemunho disso: primeiro, Mauss, como já dito, presidiu a partir de 1923, a Société Française de Psychologie onde ele participa regularmente; e segundo, foi como titular de uma cátedra de psicologia coletiva que Halbwachs foi eleito, em 1944, no Collège de France<sup>6</sup>.

Se Mauss e Halbwachs tiveram que preservar a herança durkheimiana de autonomia da sociologia, ao mesmo tempo em que “transigiam”, suas estratégias respectivas pareciam ser bastante distintas em razão dos pesos diferentes da instituição universitária sobre cada um deles. Sabemos

5. Sobre a psicologia desse período, cf. Carroy, Ohayon, Plas (2006).

6. Texto significativo de Halbwachs: *Analyses des mobiles qui orientent l'activité des individus dans la vie sociale* [1938] (1955).

que Mauss estava destinado a uma posição ao mesmo tempo prestigiosa e marginal na École Pratique des Hautes Études, e depois no Collège de France: pôde assim desfrutar de uma grande liberdade, propícia à audácia e à experimentação, e manter uma atitude que o distanciava das hierarquias e convenções da academia, como o discurso teórico com pretensões filosóficas, priorizando a elaboração de livros a partir de artigos. Professor brilhante, apreciado por vários pesquisadores, ele era inteiramente devotado à atividade de pesquisa.

Mauss tinha consciência de que nenhuma ciência podia pretender dar conta, sozinha, de fenômenos que são estudados por várias outras. A abstração implicada na construção do objeto tem em contrapartida a insatisfação sobre objetos concretos onde se combinam vários pontos de vista. O “homem total” seria, então, aquilo que a contribuição de diferentes perspectivas permitiria reconstruir. A antropologia, que não é uma disciplina una, permitiria essa totalização: “a sociologia, assim como a psicologia humana, é uma parte desse ramo da biologia que é a antropologia, ou seja, o total das ciências que consideram o homem como ser vivo, consciente e sociável” (MAUSS, [1924], p. 285). Uma triplíce totalização: homem (espírito/corpo), diferentes dimensões do mundo social (econômicas, religiosas, jurídicas...) e disciplinas.

É interessante perceber que Mauss colocava a questão antropológica justamente ao tratar das relações entre a sociologia e a psicologia. Face a um público de psicólogos, ele até concedia generosamente à psicologia a consciência individual:

Mesmo quando o espírito do indivíduo é inteiramente invadido por uma representação ou uma emoção coletiva, mesmo quando

sua atividade é inteiramente dedicada a uma obra coletiva – conduzir um barco, lutar, avançar ou fugir em uma batalha –, mesmo, então, concordamos que o indivíduo é fonte de ação e de impressão particulares. Sua consciência pode e deve ser, mesmo então, o objeto de vossa consideração, e nós mesmos somos compelidos a levar isso em consideração. Afinal, qualquer que seja o poder de sugestão da coletividade, ela sempre deixa ao indivíduo um santuário, sua consciência, que é o vosso quinhão (MAUSS, [1924], p. 290).

Uma vez assegurada a especificidade de cada disciplina, e sem retornar aos problemas de construção de objeto, ele busca saber como poderíamos superar as diferenças em situação de trabalho, sobre os fatos apreendidos “aos confins das ciências”.

De resto, não esmiuçemos demais. Eu nem mesmo teria falado dessas questões de limites entre ciências se essa descrição de nossas fronteiras recíprocas não servisse aos meus objetivos práticos. Afinal, é nos confins das ciências, em suas bordas exteriores, com tanta frequência quanto em seus princípios, em seu núcleo e em seu centro, que se fazem seus progressos. E como não formulo a questão de método, a do ponto de vista em que podemos e devemos nos opor, mas formulo a questão dos fatos comuns em cujo estudo devemos colaborar sob diversos pontos de vista, demarcar esses confins, já significa dizer onde se pode desejar que nossas pesquisas se dirijam (MAUSS, [1924], p. 290).

Quais são esses “fatos” capazes de reunir representantes dessas duas disciplinas? Mauss evoca dois setores ou dois objetos prioritários: desse modo, a análise das técnicas corporais deveria permitir tirar o corpo do domínio exclusivo da biologia e da

psicologia apreendendo sua dimensão simbólica, a qual remete ao problema da aprendizagem. Durkheim não é renegado.

#### 4. Reabilitar a psicologia

Maurice Halbwachs teve uma carreira universitária mais clássica, obtendo êxito ocupando diversas posições em diferentes universos (da filosofia à estatística). Em Strasbourg, depois em Paris, no âmbito do departamento de filosofia, entre colegas filósofos e psicólogos, lecionou sociologia para um público de filósofos (Diploma de “moral-sociologia”); em Paris, ele ocupou uma cátedra “de história da economia social”, em seguida de “metodologia e lógica das ciências”; ele jamais desprezou os autores filósofos (um livro sobre Leibniz, um curso sobre *O Contrato Social*, de Rousseau, resenhas de livros de Émile Bréhier, de Martiel Guérout etc.), mesmo se o comentário filosófico não fosse o seu gênero principal. Colega de Charles Blondel, em Strasbourg, Halbwachs foi nomeado depois deste para a Sorbonne (respectivamente em 1929 e 1935), aos 58 anos de idade. Blondel, autor de um livro *Introduction à la psychologie collective* (1928), era um parceiro indispensável, como mostra a resenha feita por Halbwachs desse livro (HALBWACHS, [1929]).

O antipsicologismo metodológico de Durkheim tendeu a ser percebido após o livro de Maurice Halbwachs, *Les causes du suicide*, e, em parte, em razão dele próprio, como uma espécie de deficiência refletindo a confiança excessiva numa visão holística ou totalitária do social. Frente ao extre-

mismo sociológico de Durkheim, Halbwachs parecia encarnar (assim como Mauss) uma concepção mais moderada da sociologia, se manifestando notadamente pela tomada de posição levando em conta as dimensões individuais<sup>7</sup>. Praticando a sociologia empírica, Halbwachs soube, contudo, adotar uma linha tipicamente durkheimiana. Por exemplo, em 1925, em *Les cadres sociaux de la mémoire*, no qual ele colocava, em primeiro lugar, a noção de memória coletiva contra as teorias psicológicas, vítimas de uma mitologia da interioridade que o levava a privilegiar a questão de conservação individual das recordações.

É preciso, primeiro, lembrar a distância que separa os dois livros sobre o suicídio. O de Durkheim é de 1897. Frente ao experimentalismo doutrinário de algum modo vago e programático (Théodule Ribot<sup>8</sup>) e às pesquisas aplicadas (Alfred Binet), parecia, então, preferível esperar serenamente os progressos futuros da disciplina. No seu livro, Halbwachs enfrenta, em 1930, uma psicologia universitária mais desenvolvida, necessária a administrar uma vez que ela contava com grandes professores da Sorbonne (Georges Dumas, desde 1913; Henri Delacroix, desde 1919; Charles Blondel, desde 1929), e do Collège de France (Pierre Janet, Henri Piéron), do qual vários, em uma época onde a escola durkheimiana é ameaçada de declínio, reconhecem, até certo ponto, o valor da perspectiva sociológica. Sobre um tema como o suicídio, ele não pode ignorar os escritos de Blondel (1914, 1925) e de Dumas (1926), que ele cita e comenta de maneira relativamente detalhada: o capítulo XIV

7. Esse ponto de vista é representado notadamente por Mucchielli e Renneville (1998); e por Baudelot e Establet (2007).

8. Falando de Ribot, Marcel Mauss ([1939]) o apresenta menos como autor de uma obra inovadora, do que um empreendedor intelectual e mediador, importador de psicólogos ingleses e alemães.

(“Exemen de la thèse psychiatrique”) é expressamente consagrado a esses autores. De resto, em Halbwachs, estando bem situado para apreciar o papel crescente da estatística administrativa e econômica, com a qual suas análises sobre o suicídio devem contar, tudo o que impulsiona a aperfeiçoar o aparelhamento técnico.

Sem colocar em questionamento o princípio teórico da divisão durkheimiana das disciplinas, Maurice Halbwachs, no entanto, entende unificar em sua prática da sociologia o coletivo e o individual, o normal e o patológico, a causa e o motivo. Conciliador em relação aos psicólogos, sua argumentação se via ao mesmo tempo impecável para um sociólogo consequente. Não seria possível, como Durkheim estava inclinado a fazer, remeter certos suicídios a um aspecto residual, como daqueles casos ditos patológicos. Normais e patológicos, esses casos são indissociáveis sob todos os seus aspectos: nas suas causas, nas suas manifestações e nos seus efeitos. Enquanto a loucura produz um estado de isolamento que é gerador de angústia, o homem desclassificado se encontra mergulhado em um estado que produz efeitos psíquicos similares. E, em definitivo, qual a importância dessa diferença? Por toda parte, o que se descobre é uma mesma constelação solidão social/estado mental de tristeza (PAUGAM, 2002), o que muda sendo, sem dúvida, somente a ordem na qual cada termo se apresenta. Para o observador, todas as categorias de suicídio se apresentam indiscerníveis, um mesmo estado de tristeza podendo ser constatado e associado ao ato suicida. Existe, finalmente, segundo Halbwachs ([1930], p. 321), um só gênero de suicídio.

Desse modo, os estados psicopáticos produzem o mesmo efeito que os outros motivos

do suicídio. Não há nada que um pensamento socialmente formado seja menos capaz de enfrentar do que o vazio social. É apenas este estado de angústia e de terror que importa, e além do qual não pode remontar, quando se quer explicar o suicídio. Entre o deprimido psicastênico, o homem destruído, exposto à desonra, gravemente atingido no seu amor-próprio, privado de um ser que ele ama, não existe, sem dúvida, muitas diferenças para que examine o gênero especial de perturbação que se apoderou de cada um deles. Não existe, porém, uma característica que seja comum. Todos não percebem da sociedade senão seus aspectos hostis, seus limites mais íngremes. (É preciso conservar o nome da motivação desses acontecimentos: doença mental, perda de dinheiro, luto, decepção amorosa, pois são tantas formas particulares diferentes sob as quais se escondem um mesmo estado. Mas esse mesmo estado, ou seja, o sentimento de uma solidão definitiva e sem saída, é a causa única do suicídio (HALBWACHS, [1930], p. 321).

Assim, entre os dois sociólogos, Halbwachs seria o mais fiel às exigências da sociologia, se esforçando de preservar todas as prerrogativas a respeito de casos cuja etiologia seria aparentemente individual, rapidamente concernente à psicologia. Uma outra maneira de expressar a ideia de que o suicídio é sempre um fato social é dizer, apesar de Durkheim, de que é impossível distinguir as causas sociais, objetivamente constatáveis, e os motivos alegados por terceiros (ou o indivíduo concernente, em caso de tentativa tendo fracassado).

Não se deve crer que exista duas categorias de suicídio, das quais cada uma se explica por um determinismo diferente, que ora, e segundo os indivíduos, é o determinismo

orgânico que exerce, e ora o determinismo social. Na realidade o suicídio, todo suicídio pode ser visto de dois pontos de vista. De acordo com o lugar que se coloca em relação a um ou outro, se verá o efeito de um distúrbio nervoso, que se releva de causas orgânicas ou de uma ruptura de equilíbrio coletivo, que resulta de causas sociais (HALBWACHS, [1930], p. 337-338).

Nós iríamos, em efeito, mais longe que Durkheim na via em que ele se engajou, pois que nós explicaríamos por causas sociais não somente as grandes forças que afastam do suicídio, mas ainda os acontecimentos particulares que não são os pretextos, mas os motivos (p. 383).

No entanto, Halbwachs – querendo superar as escolhas unilaterais e conciliar a sociologia e a psicologia, as teses de Durkheim e as de Georges Dumas –, é conduzido, desse modo, a uma espécie de ecletismo epistemológico. A inovação que ele propõe em relação à perspectiva durkheimiana consiste em combinar as “duas espécies de causas”, coletivas e individuais, forças externas e motivos íntimos. Ora, não é certo que assim procedendo, ele tenha se mantido fiel à intenção de ruptura que motivava seu antecessor.

Desse modo, os suicídios se explicam sempre pelas causas sociais. Mas estas se apresentam ora como forças coletivas propriamente ditas, tais como os costumes familiares e religiosos ou as grandes correntes políticas e nacionais, ora sob forma de motivações individuais, mais ou menos numerosas e distribuídas de maneira diferentes de acordo com a sociedade seja mais ou menos complexa. [...]

Não podemos mais observar separadamente o conjunto dessas circunstâncias e motivos particulares do suicídio, que são como tantas dificuldades colocadas no caminho dos vivos: pois eles se dissimulam. Qual é, pois, a razão desse surpreendente argumento sobre os suicídios, que se sustenta há mais de meio século? Seria a desestabilização dos grupos tradicionais? Seria necessária a multiplicação inevitável das ocasiões de infelicidade e sofrimento individual numa sociedade mais complexa? A cada uma dessas duas espécies de causas não sabemos qual delas é mais importante (HALBWACHS, [1930], p. 12).

Pode-se, em relação à crítica dirigida a Durkheim, evocar o apoio de Mauss? Se este último reconhece sem custo no seu Prefácio de *Les causes du suicide* que “em sociologia, não mais que em outra ciência, o trabalho de análise jamais está acabado”, ele estima ter “tratado genialmente” a questão por Durkheim, e considera a nova perspectiva simplesmente como um “corretivo indispensável”: “A maior parte dos novos fatos de suicídio continua do tipo que Durkheim havia descrito e submetido, em essencial, à interpretação que ele propôs” (MAUSS, [1930], p. 1-2). Qualquer que seja o elogio feito a Halbwachs, Mauss está longe de ver seu trabalho como ruptura decisiva com a tradição durkheimiana.

## 5. Os usos científicos do antipsicologismo

Outra questão de fundo: deve-se dar razão ao último que fala?<sup>9</sup> Em relação aos psicólogos, Durkheim era, afinal, conciliador ou intransigente? Voltemos um pouco.

9. Devemos a Robert Merton a formação da “*fallacy of the latest word*” (“falácia da última palavra”) que contém “as afirmações tácitas, comuns, mas indefensáveis, segundo as quais: 1) a última palavra dá uma formulação correta daquilo que foi dado antes porque está imunizado contra as deficiências da observação e da inferências próprias ao que precedeu; 2) que cada obra sucessivamente melhorava o saber, e

Diante da alternativa individual-coletivo, Durkheim recusava se fechar no âmbito explicativo rígido imposto e se esforçava para manter unidas a diferença de princípio e a continuidade do fato:

Acrescentamos, para prevenir toda interpretação inexata, que não admitimos com isso que exista um ponto preciso onde termine o individual e onde começa o reino social. A associação não estabelece nem produz de um só golpe seus efeitos; é preciso tempo para isso e existe, por conseguinte, momentos onde a realidade é indecisa. Desse modo, passa-se, sem hiatos, de uma ordem dos fatos a outro; mas não é uma razão para não as distinguir. Dito de outra maneira, não existiria nada distinto no mundo, se ao menos se pense que não existe gêneros separados e que a evolução é contínua (DURKHEIM, [1897], p. 353).

Halbwachs, pelo contrário, recusa-se a fazer quaisquer diferenças que não sejam provisórias ou metodológicas:

Não existe, pois, diferença essencial entre aquilo que ele [Durkheim], chama de motivo e as causas. Quando ao desprovemento afetivo de um celibatário vem se juntar a desclassificação ou à desonra de um homem arruinado, o isolamento moral do doente ou do desesperado, são dois estados da mesma natureza que se superpõem, são duas forças do mesmo gênero que combinam sua ação. Não existe, então, nenhuma razão, numa explicação do suicídio, de excluir umas e reter outras (HALBWACHS, [1930], p. 11).

A prioridade acordada à explicação pelas causas não implica desconhecer o estado de angústia das pessoas propensas ao suicídio. Estas estão, evidentemente, mergulhadas numa situação extremamente crítica do ponto de vista “psicológico”. Mas, pelo fato de que o suicídio é acompanhado incontestavelmente de um certo tipo de experiência íntima, não se pode concluir que existe uma fusão artificial dos modos de explicação. “Qual a razão de passar da solidariedade a uma confusão das causas?” se perguntava Raymond Aron a respeito da teoria de Halbwachs (ARON, 1948, p. 212). A questão importante para um sociólogo não é comemorar a interdisciplinaridade, mas somente saber como se deve tratar sociologicamente um fato social que, ressentido pelos indivíduos no seu espírito e no seu corpo, apresenta regularidades impressionantes, registradas pela estatística.

A noção de motivo é equivocada sob vários aspectos<sup>10</sup>. Primeiro, pela confusão que ela estabelece entre um estado da alma e a atribuição de uma causa determinada (uma decepção amorosa), da qual não se está certo que ela esteja realmente na origem desse estado da alma; em seguida, pela dificuldade de delimitar, classificar, hierarquizar as motivos, como mostram as nomenclaturas barrocas da época (“melancolia íntima”, “miséria”, “infortúnio”, “embriaguez”...) <sup>11</sup>. Enfim, pelo procedimento de oficialização e de registro de casos por investigadores e *experts* (CHAMPAGNE *et al.*, 1996) <sup>12</sup>. Os motivos, causas presumidas extraídas do repertório do senso comum, es-

3) que as hipóteses derivadas de uma teoria devem ser abandonadas desde que pareçam ser empiricamente falsificadas” (MERTON, 1984, p. 1090).

10. Sobre uma crítica epistemológica da noção de motivação, cf. Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 1968, p. 39-40.

11. Ver a Tabela LII (HALBWACHS, [1930], p. 29).

12. Sobre esse ponto, cf. Merllié, “La construction stastitique” (CHAMPAGNE *et al.*, 1996).

tão entre as causas e as razões, ou entre, para retomar os termos de Alfred Schütz, dos “motivos-porque” e dos “motivos-em-vista-de”. De um lado, a noção de motivo sugere uma sequência de acontecimentos naturais permitindo dar conta do ato suicida, mas, de outro, ela toma um aspecto de razão imanente ao ato, dotado de inteligibilidade intencional. Ora, o motivo, pelo fato de que ele não é expresso na primeira pessoa, mas na terceira, por um observador, não poderia ser tomado como uma noção equivalente à “razão”. Não podemos dizer: “eu me suicido pelo alcoolismo (ou eu queria fazê-lo)”, mas pode-se, após o fato (aqui, em caso de “fracasso”), tomar uma posição de observador de seus atos e tentar dar uma explicação sobre o modo hipotético (“o álcool me fez sucumbir”). Sem dúvida esse é o equívoco da própria noção de motivo que lhe permite funcionar de modo automático, pois ela oferece, simultaneamente, sem romper com o senso comum, uma etologia e uma fenomenologia. Decepcionado ou arruinado, ele está desesperado e, então, comete suicídio.

Durkheim tem razão de querer manter uma distinção (sob condição que, no trabalho empírico, se saiba realmente dar os meios de operar uma tal distinção) entre os casos que se pode chamar genérico, naquilo que eles podem ser explicados pelas variações sociais, e os casos singulares que são difíceis de explicar pelo social. E entre os dois sociólogos, é talvez o que se revela menos imperialista: ele não diz que todos os suicídios se explicam pelas causas sociais, ele diz que as grandes regularidades que se deixam distinguir podem ser interpretadas graças a um modo de explicação sociológico. Do mesmo modo, ele não diz que a psicologia é supérflua, mas tão somente que ela não é um ponto de partida. Se o sociólogo

[...] parece, no início de suas *démarches*, se distanciar do homem, é com a intenção de voltar e para chegar a melhor compreendê-lo. [...] No entanto, assim entendida, a sociologia, bem longe de ser alheia à psicologia, a própria sociologia conduz a uma psicologia, mas muito mais concreta e complexa que aquela que praticam os puros psicólogos (DURKHEIM, 1975, p. 185).

Uma passagem importante: pouco observamos que Durkheim ensinava “voltar” ao homem, chegar a uma psicologia que fosse “mais concreta e complexa” do que aquela dos “puros psicólogos”, os quais estariam, antes de tudo, segundo ele, do lado da abstração e do simplismo. A *démarche* proposta não visa “sociologizar” o suicídio, aceitando o preço elevado de um sacrifício de uma parte da realidade e de uma parte da inteligibilidade, mas, considerar as coisas na relação graças à qual elas podem parecer emanar de uma explicação sociológica, o que é bem diferente. Pode-se conceber que o número de suicídio resulta de uma agregação de causas independentes, particulares ou “patológicas”. Somente a variação das taxas garante o caráter social do suicídio, na medida em que ela pode ser reportada a fatores socialmente variáveis (estado civil, religião...) mudando no mesmo sentido. De mesma forma, a distinção de duas formas principais de suicídio, egoísta e anômico, tem por virtude obrigar a compreender a multiplicidade das lógicas sociais dissimuladas por uma categoria única. Em todo caso, o sociólogo não pretende esgotar todos os fatores possíveis de todos os suicídios constatados. Ele deve, primeiro, se preocupar em saber o que pode fazer, e até onde, com seus próprios meios.

Nossa intenção não é, portanto, fazer o inventário o mais completo possível de todas as condições que possam entrar na gênese dos suicídios particulares, mas apenas procurar aquelas de que depende esse fato definido que chamamos de taxa social de suicídios. Concebemos que as duas questões são muito distintas, seja qual for a relação que, por outro lado, possa haver entre elas. Com efeito, entre as condições individuais, certamente há muitas que não são bastante gerais para afetar a relação entre o número total de mortes voluntárias e a população. Elas talvez possam fazer com que este ou aquele indivíduo isolado se mate, mas não que a sociedade *in globo* tenha uma propensão maior ou menor ao suicídio. Tal como não estão ligadas a uma certa situação da organização social, também não têm repercussões sociais. Por isso, interessam ao psicólogo, e não ao sociólogo. O que este último busca, são causas por cujo intermédio é possível agir, não sobre os indivíduos isoladamente, mas sobre o grupo. Por conseguinte, entre os fatores dos suicídios, os únicos que lhe concernem são os que fazem sentir sua ação sobre o conjunto da sociedade. A taxa de suicídios é o produto desses fatores. Por isso devemos nos deter nelas (DURKHEIM, [1897], p. 15).

Durkheim não se proíbe de elucidar estados psíquicos, sem os quais não se compreende o sentido do capítulo VI consagrado a esse objetivo (“Formas individuais dos diferentes tipos de suicídio”). Mas ele evita fazer depender o olhar sociológico de uma fenomenologia espontânea que teria o defeito de prejudicar, ao mesmo tempo, a análise causal e a análise do vivido. Não é a psicologia em si que recusa Durkheim, é o arbitrário de uma forma de explicação caso por caso, pelas “próximas causas”, que está nos antípodas de uma análise científica.

São essas tendências da coletividade que, penetrando os indivíduos, os determinam a se matar. Quanto aos acontecimentos privados que geralmente são considerados como as causas imediatas do suicídio, sua única ação é a que lhes atribuem as disposições morais da vítima, eco do estado moral da sociedade. Para explicar seu desinteresse da existência, o indivíduo culpa as circunstâncias que o cercam mais imediatamente; acha a vida triste porque ele está triste. Sem dúvida, num certo sentido, a tristeza lhe vem de fora, do grupo do qual faz parte, e não de um determinado incidente de sua carreira. Por isso não há nada que não possa servir como causa ocasional do suicídio. Tudo depende da intensidade com que as causas suicidógenas agiram sobre o indivíduo (DURKHEIM, [1897], p. 336-337).

A oposição entre causas e motivos, longe de sobrepor o social e o individual, como pensava Halbwachs, designa mais uma diferença entre o pequeno número das forças objetivas nomeadas “correntes suicidógenas”, apreensíveis pela mediação de uma análise, e as inúmeras explicações espontâneas fornecidas pelos agentes (implicados como principal ou como observador). Essas explicações que visam, antes de tudo, tornar compreensível a singularidade de um “caso”, ou mais exatamente de um acontecimento dramático, não tem outro objetivo senão o de tirar das “circunstâncias”, elas mesmas singulares.

Daí provem a grande diferença que separa o ponto de vista do clínico e do sociólogo. O primeiro sempre se encontra diante de casos particulares, isolados uns dos outros. Ora, ele constata que, com muita frequência, a vítima era ou um nervoso ou um alcoólico, e explica por um ou outro desses estados psicopá-

ticos para a realização do ato. Ele tem razão em um sentido, pois, se o sujeito se matou mais cedo do que seus vizinhos, é frequentemente por esse motivo. Mas não é por esse motivo que, de maneira geral, há pessoas que se matam, *nem, sobretudo, que em cada sociedade um número definido de pessoas se mata em um período de tempo determinado* (DURKHEIM, [1897], p. 336).

Para Durkheim, trata-se, uma vez estabelecidas as regularidades objetivas, propor uma fenomenologia construída, instruída pela investigação sobre as causas, graças à relação estabelecida entre os dois grupos em termos de número finito: o das causas objetivas e o das relações ao mundo, tais como revelados através da construção do objeto. Deve-se buscar sob qual forma social as causas sociais se manifestam no indivíduo, no psiquismo individual, ao invés de pedir ajuda a uma disciplina presumidamente capaz de lidar com elas. Daí a importância de uma distinção entre os diferentes tipos de suicídio. Mostrando que o suicídio egoísta se associa a uma “depressão geral que se manifesta, seja por um langor melancólico, seja por uma indiferença epicurista” (DURKHEIM, [1897], p. 319), e que o suicídio anômico se caracteriza pela paixão, a violência, a cólera (p. 321), Durkheim pretendia seguir “a diversidade das correntes suicidógenas desde suas origens sociais até suas manifestações individuais” (p. 312), estas últimas não sendo ignoradas, mas tomadas por segundas somente na ordem de

análise. Preocupado em escapar ao objetivismo, ele pensava remetê-lo a um quadro analítico mais satisfatório que aquele sugerido pela noção de motivo.

Por sua vez, Halbwachs se posiciona a favor de um gênero único de suicídio, mesmo concedendo pertinência e utilidade às abordagens complementares destinadas a enfrentar a extrema variedade dos casos. Mas ele não diz como se deve fazer concretamente. Esse gênero único coloca em questão o trabalho durkheimiano de construção do objeto, *modus operandi* científico fundado sobre a delimitação de tipos definidos segundo os modos de coesão coletiva. Buscando refinar os cruzamentos das variáveis, Halbwachs não faz senão consagrar a resignação empirista diante da extrema diversidade de “motivos” (demência, decepção amorosa, miséria, falta de integração): para além dos diferentes tipos, como vimos, é uma única e mesma natureza humana que, frente ao isolamento, manifesta seu desespero. Dito de outra maneira, tudo está em tudo. A sociologia perde muito em coerência, a psicologia evocada permanece indefinida, enraizada no senso comum, e é difícil ver, à exceção de um apelo à sua cooperação, qual progresso é esperado pela relação ao que seria o objetivismo durkheimiano<sup>13</sup>. Finalmente, tentando poupar a psicologia, Halbwachs pode ter falhado em levar a sério a ideia de uma psicologia coletiva, ou seja, de uma perspectiva que, retomando o léxico da psicologia, chegaria a torná-la homogênea às exigências de objetivação sociológica<sup>14</sup>.

13. Podemos perfeitamente admitir, por outro lado, que Halbwachs tenha realmente colocado em evidência as falhas no uso dos instrumentos estatísticos em Durkheim.

14. Para Durkheim, bem como para Halbwachs, a inteligibilidade do suicídio repousaria sobre a análise estatística consistindo em discernir variações significativas, mas sem totalmente fornecer os meios de compreender a passagem da “corrente suicidógena” aos casos singulares. Sobre esse ponto, *cf.* Borlandi (1997) e Martin (1999).

## Considerações finais

Qual conclusão tirar sobre as relações entre sociologia e psicologia? A partir dos dados que não são outra coisa senão os da psicologia ingênua colocada em prática pelos agentes, cada disciplina propõe as teorias, as hipóteses e um léxico específico. Não existe nenhuma razão de conceder à psicologia uma espécie de prioridade sobre os fatos psíquicos, pois a construção erudita dos psicólogos é, tampouco como a dos sociólogos, um reflexo desses fatos. Se a ilusão sobre esse ponto é possível, é precisamente porque a psicologia parece de imediato se beneficiar de uma espécie de afinidade privilegiada com os fenômenos concernentes (consciência, vivência...), e que o efeito da ciência parece menos aparente nesse caso que no da sociologia.

Os sociólogos geralmente hesitam, mais ou menos, entre o que eles percebem como uma concessão à psicologia e à psicanálise, meio, talvez penoso, mas, em todo caso, difícil dele se distanciar. De acordo com o período, a vergonha muda de lado na sociologia e é por isso que, na atualidade, as estruturas reúnem todos os defeitos intelectuais, determinismo, grosserias etc., enquanto o “espírito” e o “sujeito” se veem cheios de todas as honras. A oscilação entre objetivismo e subjetivismo é, sem dúvida, inerente ao estatuto da sociologia. Mas, como a esse respeito convidava Pierre Bourdieu, é preciso superar a alternativa sem aderir ao ecletismo. Na sociologia, o uso impreciso dos conceitos psicológicos é, ora uma falta de vigilância [epistemológica], ora uma concessão à outra disciplina, ou seja, finalmente uma acomodação a um estado contingente das divisões de disciplinas. Nada impede de pensar que a sociologia possa contar um dia com essa psicologia “concre-

ta e complexa” que Durkheim ensinava, inclusive o projeto de uma verdadeira “socio-análise”.

## Referências

- ARON, R. *Introduction à la philosophie critique de l'histoire: Essais sur les limites de l'objectivité historique*. Paris: Gallimard, 1948.
- BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. Suicide: changement de régime. In: BAUDELLOT, C.; JAISSON, M. (dir.), *Maurice Halbwachs, sociologue retrouvé*. Paris: Presse de l'ENS, 2007.
- BLONDEL, C. *Introduction à la psychologie collective*, Paris: Armand Colin, 1928.
- BORLANDI, M. L'individuel et le social. In: CUIN, C-H (Dir.), *Durkheim, d'un siècle à l'autre: Lectures actuelles des Règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF, 1997.k
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSE-  
RON, J-C. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton-Bordas, p. 39-40, 1968.
- CARROY, J.; OHAYON, A.; PLAS, R. *Histoire de la psychologie en France - XIXe-XXe siècles*. Paris: La Découverte, 2006.
- CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIE, D.; PINTO, L. *Iniciation à la pratique sociologique*. Paris: Dunod, 1996.
- DURKHEIM, É. *Le suicide: étude de sociologie*. [1897]. 1. ed., Paris: Alcan, 1960.
- DURKHEIM, É. Représentations individuelles et représentations collectives. [1898]. Reeditado. In: *Sociologie et Philosophie*, Paris: PUF, 2004, p. 1-48.
- DURKHEIM, É. *La sociologie et son domaine scientifique* [1900]. Reeditado. In: *Texte*. KARADY, V. (ed.) *Texte*, T. 1, Paris: Minuit, 1975.
- DURKHEIM, É. Lettre concernant la conception psychologique de la société [1901]. Reeditado. In: *Texte*, T. 1, Paris: Minuit, 1975.
- DURKHEIM, É. Remarques sur le problème de l'individu et de la société [1906]. Reeditado. In:

- KARADY, V. (ed.) *Texte*, T. 1, Paris: Minuit, 1975.
- DURKHEIM, É. Remarques sur la méthode en sociologie. [1908]. Reeditado. *In: KARADY, V. (ed.) Texte*, T. 1, Paris: Minuit, 1975.
- DURKHEIM, É. *Les règles de la méthode sociologique*, 2<sup>o</sup> préface. Paris: PUF, 1968, p. XVI-XVII.
- DURKHEIM, É. Sociologie religieuse et théorie de la connaissance. *Revue de Métaphysique et de Morale*, T. XVII, n<sup>o</sup> 6, 1909, p. 733-758. Reeditado. *In: KARADY, V. (ed.) Texte*, T. 1, Paris: Minuit, 1975.
- HALBWACHS, M. La psychologie collective d'après Charles Blondel. [1929]. *Revue philosophique*, n. 107, p. 444-456. Reeditado. *In: Classes sociales et morphologie*, Paris: Minuit, 1972, p. 115-130.
- HALBWACHS, M. *Les causes du suicide*. [1930], Paris : PUF, 2002
- HALBWACHS, M. Analyses des mobiles qui orientent l'activité des individus dans la vie sociale. [1938]. Publicado *Esquisse d'une psychologie des classes sociales*. Paris: M. Rivière, 1955.
- HALBWACHS, M. Conscience individuelle et esprit collectif. [1939]. *American Journal of Sociology*, n. 44. Reeditado. *In: Classes sociales et morphologie*, Paris: Minuit, 1972, p. 152-163.
- LAPIE, P. L'Année sociologique [1894]. *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. III, p. 314-315, 1894.
- MARTIN, O. Raison statistique et raison sociologique chez Maurice Halbwachs. *Revue d'histoire des sciences humaines*, n. 1, p. 69-101, 1999.
- MAUSS, M. Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie, *Journal de psychologie morale et pathologique* [1924]. Reeditado. *In: Sociologie et Anthropologie*, 4. ed., Paris: PUF, 1968.
- MAUSS, M. "Avant-propos" à Maurice Halbwachs. *In: HALBWACHS, M. Les causes du suicide*, [1930], Paris: PUF, 2002, p. 1-2. Collection Le lien social.
- MAUSS, M. L'oeuvre de Mauss par lui-même. *Revue française de sociologie*, v. 20, n. 1, p. 209-220, 1979.
- MAUSS, M. Théodule Ribot et les philosophes. [1939]. Reeditado. *In: Oeuvre*, T. 3, Paris: Minuit, 1994.
- MERLLIÉ, D. La construction stastitique. *In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. Iniciação à la pratique sociologique*. Paris: Dunod, 1996, p. 129-134.
- MERTON, R. K. The Fallacy of the Last Word: The Case of "Pietism and Science". *American Journal of Sociology*, v. 89, n. 5, March, p. 1091-1121, 1984.
- MUCCHIELLI, L. Pour une psychologie collective. La querelle entre Halbwachs et Blondel. *In: Mythes et histoire des sciences humaines*, Paris: La Découverte, p. 233-268, 2004.
- MUCCHIELLI, L.; RENNEVILLE, M. Les causes du suicide: pathologie individuelle ou sociale? Durkheim, Halbwachs et les psychiatres de leur temps (1830-1930), *Déviance et Société*, v. 22, p. 3-36, 1998.
- PAUGAM, S. Préface à Maurice Halbwachs, *Les causes du suicide*, Paris: PUF, 2002.
- PINTO, L. *La Théorie souveraine: Les philosophes français et la sociologie au XXe siècle*. Paris: Ed. du Cerf, 2009, 384 p. Collection Passages.
- VERMÈS, G.; SELIER, F.; OHAYON, A. Des psychologies sociales en France entre 1913 et 1947, *Sociétés contemporaines*, n. 13, p. 197-208, 1993.

Recebido em: 12/12/2020  
Aprovado em: 30/04/2021